DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

NESC | Núcleo Especializado de Situação Carcerária

RELATÓRIO DE INSPEÇÃO – PENITENCIÁRIA FEMININA DE SANTANA

Data: 17 de maio de 2025

Horário: das 10h30 às 16h40

Defensores públicos: Adriana Rios Aurichio Crema, Cristina Emy Yokaichiya, Dillyane de Sousa Ribeiro e Victor Luiz Oliveira da Paz

Outros membros da equipe de inspeção: Estagiários(as) Maria Cristina Di Leva, estagiária, Carla Lopes Mendes, Mery Ellen Palmeira e Leonardo de Oliveira Brezolla

Defensor Coordenador: XX

Juízo responsável pela unidade: Dra. Carla Kaari

Diretor: André Luis Santini Bisterso

1. Metodologia

A equipe foi recebida por Rodrigo Gomes Correa, diretor de disciplina do Pavilhão 1, que informou que o diretor da penitenciária estava em reunião. Posteriormente, o diretor André Luís compareceu e passou a acompanhar a equipe de inspeção.

À equipe foi inicialmente apresentada a estrutura da penitenciária por meio de uma maquete exposta no salão central após a entrada do prédio.

Figura 1Maquete da Penitenciária Feminina de Sant'Ana

Em seguida, iniciou-se a inspeção pelo Pavilhão 3, dividindo-se a equipe entre o lado par e o lado ímpar, onde são concentradas todas as presas migrantes.

Posteriormente, a equipe entrevistou presas no setor de inclusão e se deslocou para o setor de saúde. Na sequência, foi inspecionada a Ala Materno-Infantil; a oficina e a escola no Pavilhão 1, lado ímpar; e, por fim, as celas de trânsito e seguro.

Não foi exigida a passagem pelo *scanner* para entrada na unidade. Não houve resistência com a metodologia da inspeção, tendo sido autorizada a entrada com câmera fotográfica em todos os recintos escolhidos e respeitada a privacidade do contato dos defensores com as presas. As entrevistas

foram conduzidas em grupos nos corredores dos pavilhões, com as celas abertas. Tanto a direção da unidade quanto as próprias detentas avaliaram que não haveria riscos à segurança.

Figura 2 Estrutura interna do pavilhão

2. Informações preliminares

Anteriormente, o NESC visitou a unidade em 30 de abril de 2021, gerando o pedido de providências 1000864-63.2021.8.26.0041 com foco na assistência à saúde.

Ademais, no dia 19 de janeiro de 2024, foi realizada inspeção à penitenciária pelo NESC, que gerou pedido de providências relativo à assistência material (Autos n. 1002003-45.2024.8.26.0041). O Ministério dos Direitos Humanos encaminhou ao NESC uma denúncia recebida pelo Disque 100, realizada no final de 2024, informando que as presas estavam sendo agredidas e maltratadas, que as penas estariam sendo aumentadas e haveria prazos para progressão de regime já extrapolados.

Em 29 de abril de 2025, o Núcleo Especializado de Infância e Juventude (NEIJ) realizou atividade de educação em direitos na Penitenciária Feminina de Santana e reportou diversas situações de violações na Ala Materno-Infantil, incluindo a prática de revistas vexatórias em mães e bebês, fornecimento inadequado de fraldas, consultas insuficientes para os bebês, alimentação inadequada, falta de proteção contra insetos, ausência de treinamento específico para as agentes penitenciárias da ala e a proibição de acompanhantes durante o parto. A partir dessa atividade, foi realizado pedido de providências firmado tanto pelo NEIJ quanto pelo NESC (Autos n. 1000868-61.2025.8.26.0041).

Cabe destacar que, em setembro de 2015, o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura inspecionou a unidade prisional[1].

3. Instalações, lotação e perfil do estabelecimento

Trata-se de unidade construída em 1920, abrigando até 2005 presos do sexo masculino. A partir desse ano, passou a abrigar mulheres, concentrando-se as presas migrantes em uma ala, independentemente da nacionalidade. A penitenciária faz parte do Complexo Penitenciário do Carandiru, cujo tombamento foi instituído em 2020.

[1] Disponível em: https://mnpctbrasil.wordpress.com/wp-content/uploads/2019/09/penitenciaria-feminina-de-santana.pdf. Acesso em 12.02.2025.

Segundo as informações prestadas pela direção, a unidade prisional não foi avaliada pela Defesa Civil, tampouco pela Vigilância Sanitária. Foi informado que o Projeto Técnico está em processo de avaliação junto ao Corpo de Bombeiros.

Por se tratar de penitenciária, o estabelecimento é voltado para presas definitivas. No entanto, as presas provisórias migrantes também são enviadas para a Penitenciária inspecionada.

A unidade prisional contava com 233 agentes penitenciários lotados, com 95 agentes em serviço no dia da visita.

Segundo as informações prestadas pela administração da penitenciária, a unidade possui uma capacidade total de 2.696 pessoas presas, estando, no momento da inspeção, com 2.403 pessoas presas. Não houve, assim, reclamações quanto a superlotação.

Quanto ao convívio comum, a unidade conta com três pavilhões, com 440 celas em cada um deles. Cada cela possui duas camas de alvenaria. Sendo assim, os três pavilhões de convívio comum possuem uma capacidade total de 2.640 pessoas presas. No momento da inspeção, a unidade abrigava 2.374 pessoas presas no convívio comum.

Figura 3 Cela no Pavilhão 3

Como a unidade não possui sistema de tranca automática das celas, as presas permanecem nas galerias dos pavilhões durante o horário do almoço, com livre trânsito entre as celas e os andares dos pavilhões.

Além disso, a unidade conta com oficinas de trabalho anexas a cada pavilhão, o setor administrativo, assistência médica (enfermaria, consultório de dentista e dois leitos), escola, almoxarifado e uma cozinha em que são preparadas as refeições servidas na unidade.

Segundo a administração, havia dez presas progredidas ao regime semiaberto aguardando vaga adequada, tendo sido enviada a lista nominal contendo os dados de oito presas nessa condição. Havia, ainda, 35 presas maiores de sessenta anos de idade.

Havia vinte presas gestantes, sendo que duas apresentavam gravidez de risco. Foi informado ainda que a unidade apresentava três presas com deficiência física, nove presas com deficiência visual, duas presas com deficiência auditiva e 58 presas com deficiência intelectual, tendo sido apresentada lista nominal das presas em cada uma dessas condições.

Além disso, havia na unidade 147 presas de nacionalidade diversa da brasileira com o envio da respectiva lista nominal.

Não foi reportada a existência de nenhuma presa indígena e tampouco foi informado se há notificação da FUNAI quando do ingresso de indígenas. Também não houve resposta ao questionamento sobre o registro das presas indígenas acerca da etnia, nacionalidade e idioma.

Não há separação das presas provisórias das já sentenciadas, tampouco das que estão em regime semiaberto aguardando vaga, nem das primárias das reincidentes. Também não há separação das presas quanto à natureza do delito.

A administração informou que a presas com doenças infectocontagiosas são separadas conforme prescrição médica.

Segundo a administração, não há identificação da existência de facção(ões) prisional(is) no estabelecimento.

3.1. Inclusão

Segundo informações da administração, o setor de inclusão conta com cinco celas com capacidade total para cinco pessoas. No entanto, em observação direta, foi constada a existência de apenas uma cela identificada como de inclusão no corredor que dá acesso ao setor de saúde, no andar térreo.

Segundo a administração, no momento da inspeção, não havia presas no setor de inclusão. No entanto, em observação direta pela equipe, algumas presas estavam na referida cela, havendo interação da equipe com elas.

Figura 4 Cela de Inclusão

Figura 5 Interior da cela de inclusão

Segundo informado durante a inspeção, o período de observação das recém-chegadas é de dez dias.

3.2. Setor de Disciplina

Não há um setor específico para medida preventiva de segurança pessoal, estando as que se encontram segregadas por segurança no mesmo setor daquelas que estão em cumprimento de punição disciplinar e das que estão em trânsito. Segundo as informações repassadas em resposta a ofício, o Setor de Disciplina conta com 15 celas com capacidade de 15 presas cada. Atualmente cinco presas estão no setor.

No entanto, as informações obtidas no momento da inspeção foram mais detalhadas, no sentido de que, na ala considerada como Setor Disciplinar, há cinco celas destinadas ao Regime de Observação (R.O.); cinco celas para o Regime Disciplinar (RCD – castigo); sete celas para o Centro de Observação e Classificação (COC – hospital de trânsito); e duas celas para isolamento.

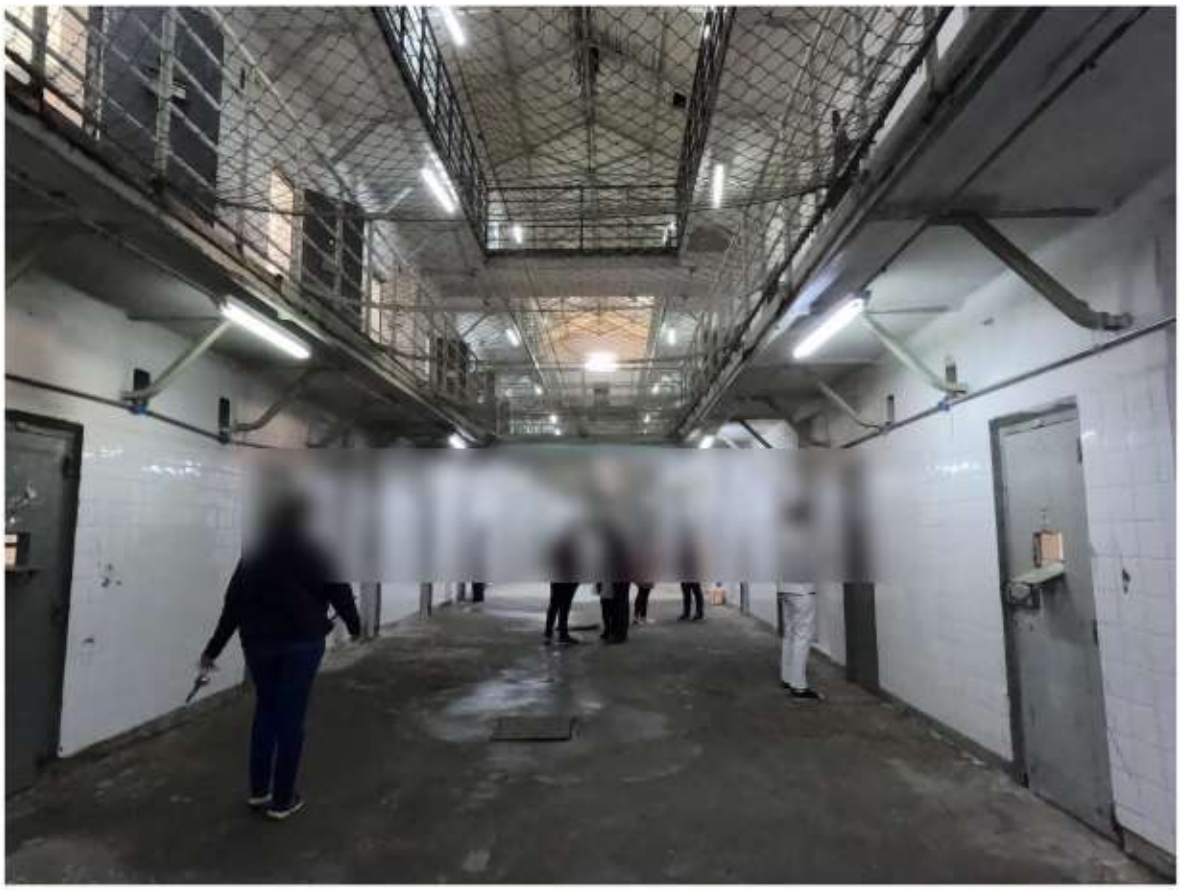

Figura 6 Visão geral do setor disciplinar

Figura 7 Obstáculo para os demais andares do Setor Disciplinar, que estão desativados

Além de abrigar internas nessas três situações, a ala encontra-se em reforma, com o objetivo de ampliar a capacidade de alocação. Apenas o térreo estava sendo utilizado, onde as detentas têm direito a uma hora de banho de sol e acesso a água quente.

3.3. Ala Materno-Infantil

A unidade conta com ala materno-infantil, sendo que havia nove crianças acompanhadas de suas mães no dia da visita. No entanto, em lista nominal, foram informados os nomes de oito presas e oito crianças que estariam na referida ala.

Figura 8 Corredor da ala Materno-Infantil

Figura 9 Cela da Ala Materno-Infantil

A direção informou que a assistência material destinada às mães e aos bebês é realizada semanalmente, com a distribuição de 35 fraldas por bebê, pomada para assaduras, fórmula láctea para os bebês que não estão em amamentação natural, além de roupas.

A quantidade de fraldas que um bebê usa por semana varia ao longo de seu desenvolvimento com tendência a diminuir com o passar do tempo. No entanto, um recém-nascido usa cerca de sete fraldas por dia, sendo evidentemente insuficiente o número de 35 por semana. No entanto, uma presa informou que, acaso solicitado, são fornecidas mais fraldas.

A principal queixa é quanto à qualidade das fraldas fornecidas, que, segundo elas, não suportam as necessidades fisiológicas dos bebês, causando vazamentos e assaduras.

A direção da unidade informou que as fraldas são adquiridas por meio de processo licitatório regular e que atendem às normas exigidas. Acrescentou que fraldas de outras marcas, conhecidas como de qualidade superior, são recebidas por meio de doações, e que, caso as famílias desejem, podem entregar os itens de sua preferência diretamente à interna. No entanto, as internas alegam que não têm recebido doações.

Em relação à fórmula, as internas relataram que a água utilizada no preparo não é mineral, sendo apenas fervida. As roupas, segundo elas, são reaproveitadas e passadas de uma criança para outra, conforme o crescimento dos bebês e a chegada de novos à Ala.

A alimentação das mães é diferenciada, com reforço na oferta de frutas, verduras e saladas. Apesar de já ter sido objeto de denúncia anterior, as internas afirmaram que, sob a atual gestão — que estava há apenas dois meses na

administração da unidade quando da inspeção —, as consultas mensais para acompanhamento do desenvolvimento dos bebês têm sido regularizadas.

Em que pese a melhora, as mães relataram que os bebês não estão com todas as consultas regulares, havendo casos de crianças com mais de três meses de idade e apenas uma consulta médica.

Quanto ao direito a acompanhante durante o parto, a administração informou, de forma escrita, que este direito já estava sendo garantido. No entanto, no dia da visita, uma interna informou que não teve esse direito observado durante o seu parto e a própria direção relatou que estavam em tratativas para passar a viabilizar a presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato. Informaram ainda que, durante o parto, não há a presença de escolta ou agente penitenciário.

Relataram, ainda, que a gestão anterior era considerada deficiente, mas a atual trouxe melhorias. Um dos funcionários, identificado como Rodrigo, visita o setor duas vezes por semana.

Quanto à notícia de que teria havido revista na fralda de um dos bebês, as presas informaram que o fato teria ocorrido durante a gestão anterior.

Os bebês permanecem com as mães até os seis meses de idade, podendo esse prazo ser estendido por alguns dias, especialmente quando a família reside em outra cidade. Nos casos em que não há familiar que possa assumir os cuidados, a criança é encaminhada para acolhimento institucional.

As internas relataram a inexistência de atendimento ginecológico e odontológico específico para as mães, embora as vacinas estejam em dia.

3.4 Infraestrutura hidráulica

A administração informou que não há racionamento de água. No entanto, relatou que a pressão da água não é suficiente para viabilizar o fornecimento ininterrupto, tendo em vista que a penitenciária conta com apenas uma caixa d'água de grande porte, que precisa ser fechada temporariamente para encher e garantir pressão adequada. Sendo assim, segundo o relato das internas, a água fica disponível somente das 17h às 21h. Já aos finais de semana, o fornecimento ocorre das 10h às 14h, o que prejudica os horários de visita.

Durante a inspeção, foi possível constatar que a água permanece disponível apenas até esgotar o volume residual existente na tubulação após a interrupção do fornecimento. Cada cela conta com um tambor de aproximadamente 20 litros para armazenamento de água, utilizado principalmente para a higiene pessoal, especialmente pelas internas que trabalham. Foi informado que nos pátios a água é disponibilizada nos tanques durante todo o período de banho de sol.

Um problema relatado foi a completa ausência de água quente nos pavilhões. A administração informou que está desenvolvendo um projeto de reforma do sistema de caldeira existente, além de uma nova iniciativa com a empresa Koala Energy, que utilizará *pellets* de madeira para aquecimento da água.

4. Assistência material

A direção da unidade informou que, no momento da inclusão, as internas recebem um kit de materiais de higiene composto por:

a. 02 sabonetes;
b. 04 rolos de papel higiênico;

c. 01 aparelho de barbear individual;
d. 01 pasta de dente;
e. 01 escova de dente;
f. 02 pacotes de absorventes íntimos com 8 unidades cada.

A reposição desses itens seria mensal. Contudo, as internas relataram que a quantidade efetivamente recebida é inferior à informada pela administração. Segundo elas, são distribuídos apenas um pacote de absorventes (com oito unidades), quatro rolos de papel higiênico e um sabonete. Internas que não recebem itens enviados por familiares, conhecido como "Jumbo", precisam adquirir os demais insumos por meio da folha do pecúlio.

Efetivamente, conforme amostra do recibo de itens de higiene fotografado na inspeção, há a entrega de dois pacotes de absorvente, quatro rolos de papel higiênico, um sabonete e uma pasta dental, estando ausentes o segundo sabonete, o aparelho de barbear e a escova de dente, divergindo, portanto, da informação apresentada via ofício.

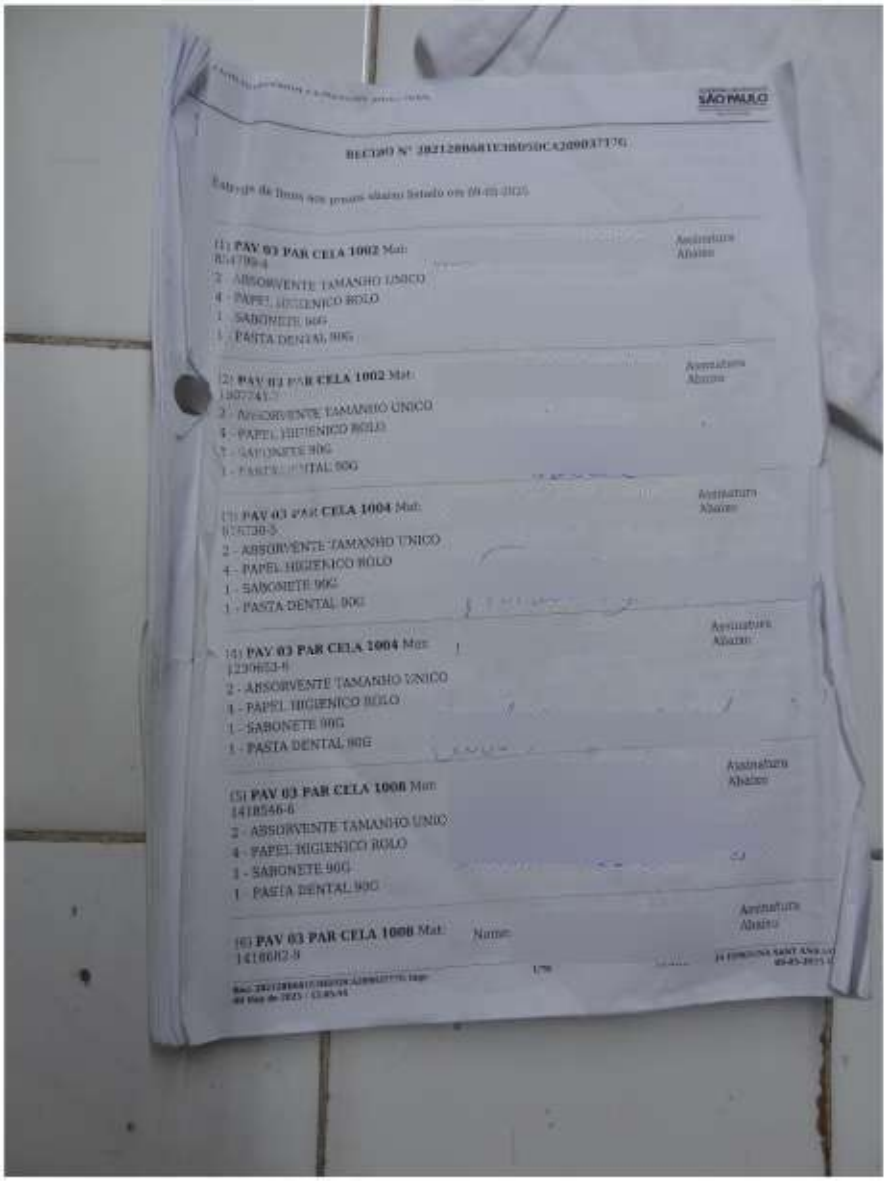

Figura 10 Recibo dos itens de higiene

As presas informaram que o kit de higiene é distribuído a cada dois ou três meses, com absorventes em quantidade e qualidade insuficientes, havendo muitas reclamações quanto ao atraso na entrega desses materiais.

Quanto ao vestuário, foi informado que se entrega:

a. 01 short;

b. 01 blusa de manga curta;
c. 01 blusa de manga longa;
d. 01 par de sapatos;
e. 01 lençol;
f. 01 colchão;
g. 01 toalha.

Os utensílios para alimentação entregues são um prato, uma caneca e um kit de talheres confeccionados em plástico.

Figura 11 Parte dos itens para assistência material

Quanto à assistência material voltada à limpeza, a direção afirma que é fornecido, mensalmente, um kit para cada pavilhão, contendo sacos de lixo de 100 ml, sabão em pó, detergente, cloro, creolina, vassoura, rodo, esponja

e luvas. No entanto, não foi especificada a quantidade de cada item fornecido por pavilhão.

As internas, por sua vez, relatam não receber a devida assistência. Alegam ainda a presença de ratos e mosquitos na unidade. Na Ala Materno-Infantil, as internas afirmaram que há demora no envio dos materiais de limpeza, sendo necessário recorrer ao apoio das famílias para manter o ambiente limpo e adequado aos bebês.

Mensalmente, as detentas que possuem recursos no pecúlio podem selecionar produtos para compra, recebendo-os em um espaço denominado "mercado". Contudo, houve queixas significativas sobre o fornecimento de materiais básicos, tanto de vestuário quanto de utensílios para alimentação. Uma detenta que cumpre pena há quatro anos relatou ter recebido apenas uma vez itens como calça, bermuda, camiseta e chinelo, sem nenhuma reposição posterior. As presas migrantes manifestaram essa necessidade de forma mais acentuada, pois geralmente não contam com suporte familiar.

5. Assistência jurídica

Segundo a direção, a Defensoria Pública e três advogados(as) da FUNAP prestam assistência jurídica às presas. O atendimento é realizado na Sala da Galeria Alta do Prédio Administrativo, que é a mesma sala destinada à Defensoria Pública. Quando necessário, as presas são escoltadas para as audiências. A presença da Defensoria é registrada em livro de visita de autoridades. Os(as) advogados(as) da FUNAP realizam a defesa nas sindicâncias para apuração de falta disciplinar.

As internas relatam dificuldades quanto ao retorno das solicitações relacionadas ao andamento de seus processos. Muitas afirmam que

estão com a "cadeia vencida" e há reclamações quanto à demora nos trâmites para a progressão de regime.

6. Alimentação

Segundo as internas, a unidade prisional oferece quatro refeições diárias: café da manhã, servido às 6h; almoço, entre 11h e 12h; e jantar com ceia, servido às 17h. Segundo a administração, os horários das refeições são 5h30, 11h30 e 16h30. As refeições são preparadas pelas próprias internas, sendo o mesmo alimento consumido também pelos funcionários da unidade, segundo relatado pela direção. É permitida a entra de outros alimentos durante as visitas de familiares.

Há, ainda, alimentação diferenciada para gestantes e puérperas, considerando que a unidade dispõe de Ala Materno-Infantil.

Segundo a administração, a alimentação oferecida não passa por orientação de nutricionista. O controle de quantidade e qualidade é feito pelo próprio setor de cozinha.

A alimentação é preparada em cozinha na própria unidade. Trata-se de um espaço bastante amplo que, além de fornecer alimentação para a própria unidade, também prepara refeições para o CDP de Belém II. Notou-se a necessidade urgente de reforma do local, especialmente do piso, que apresenta muitos buracos, representando riscos para as cozinheiras e comprometendo a higiene.

Figura 12 Visão de parte da cozinha

Figura 13 Parte do piso da cozinha

Uma interna informou que a nova gestão teria providenciado a reforma do teto da padaria, que, segundo ela, estava prestes a desabar.

As reclamações sobre a alimentação foram generalizadas, principalmente quanto à quantidade insuficiente das refeições.

Múltiplas queixas foram registradas por migrantes cujas práticas religiosas envolvem restrições alimentares. A penitenciária não oferece alternativas proteicas adequadas, obrigando-as a se alimentarem quase exclusivamente de pão durante períodos de jejum ou proibição do consumo de carne, segundo seus relatos.

Nos cardápios enviados referentes aos meses de março, abril e maio de 2025, verifica-se que há quatro categorias de refeições: 1) Funcionários;

2) Sentenciadas de Santana; 3) Sentenciados de Belém; 4) Dieta. Poder-se-ia aventar a possibilidade de que as refeições de dieta especial fossem também destinadas às presas que possuem restrições alimentares por razões religiosas ou culturais. No entanto, verifica-se que em diversas refeições se prevê como proteína das principais refeições o pernil suíno, carne proscrita para as presas de religião mulçumana, por exemplo.

Destaca-se também que há diferenciação entre a refeição servida para as sentenciadas e a dos funcionários, havendo oferta de suco e maior variedade de frutas e legumes para os profissionais.

7. Saúde e Assistência Social

A unidade dispõe de enfermaria, consultório médico e odontológico. Segundo resposta encaminhada pela direção da unidade por ofício, o quadro de profissionais da área de saúde é composto pelos seguintes profissionais:

1. Carga horária semanal de 20h:
    a. 2 ginecologistas;
    b. 1 psiquiatra;
    c. 1 clínico geral;
    d. 2 dentistas.
2. Carga horária semanal de 30h:
    a. 2 enfermeiros;
    b. 7 auxiliares de enfermagem;
    c. 2 nutricionistas;
    d. 5 psicólogos;
    e. 6 assistentes sociais.

Desse quadro, uma auxiliar de enfermagem e uma assistente social estavam de licenciadas por saúde.

Segundo a administração da unidade, as doenças mais comuns entre as presas são hipertensão, diabetes e sífilis. Há 61 pacientes com HIV/AIDS, a todas sendo administrado o uso de antiretrovirais. Há 14 pacientes em tratamento de tuberculose, sendo que duas haviam sido diagnosticadas no último mês.

Segundo a resposta da unidade, há distribuição de preservativos todas as sextas-feiras. Ainda segundo a administração da unidade, as pessoas privadas de liberdade com questões decorrentes do uso problemático de drogas recebem atendimento conforme avaliação do médico psiquiatra ou da psicóloga. A aplicação de vacinas, por sua vez, é realizada pela equipe de enfermagem durante as campanhas promovidas pelos órgãos públicos ou na Unidade Básica de Saúde (UBS), quando agendada ou solicitada por um médico.

Quando necessário, as internas são encaminhadas ao Hospital Mandaqui, Pronto Socorro de Santana e UBS Carandiru, além dos hospitais que fazem tratamentos específicos para câncer, tendo sido realizados 171 atendimentos fora da unidade prisional no último mês, conforme resposta enviada por ofício.

Segundo a resposta elaborada pela chefe do Serviço de Assistência à Saúde da unidade, haviam sido realizados 470 atendimentos médicos, 19 atendimentos odontológicos, 226 atendimentos psicológicos e 496 atendimentos de assistência social no último mês. Também foram listados os medicamentos disponíveis para dispensação na unidade.

Figura 14 Leitos na enfermaria da Penitenciária

Figura 15 Consultório médico

Figura 16 Consultório odontológico

Apesar dos dados expressivos de atendimentos informados, a principal queixa relatada pelas internas refere-se à demora no atendimento médico, bem como à escassez de medicamentos. Além disso, foi registrada denúncia de que algumas internas teriam efetuado pagamentos de consultas particulares a um profissional dentista vinculado à unidade, porém os atendimentos não foram realizados e os valores, que variam entre R$ 1.000,00 e R$ 1.500,00 por interna, não foram restituídos.

As internas confirmaram o recebimento das vacinas contra a COVID-19 e contra a gripe.

Segundo a administração, os atendimentos externos de saúde são realizados sob escolta de policiais penais de segurança externa.

8. Trabalho

A direção da unidade apresentou uma lista nominal de 1.027 presas sentenciadas que desempenham atividades laborais, distribuídas da seguinte forma: 392 no 1º pavilhão, 294 no 2º pavilhão e 341 no 3º pavilhão, conforme dados de 21/05/2025. Também foi apresentada lista nominal de 14 presas provisórias que estão trabalhando, todas concentradas no 1º pavilhão. Ainda segundo a unidade, há 1.245 vagas de trabalho.

Segundo a administração, há planos para ampliar as oportunidades de trabalho com a implementação de hortas internas entre os pátios.

A título de exemplo, foram enviados contratos feitos entre a Penitenciária Feminina Sant'Ana, a FUNAP e as empresas Ecology World Serviços de Acabamento Textil LTDA (37 postos de trabalho para confecção de uniformes) e C.B. dos Santos (120 postos de trabalho para montagem de sacolas de papelão), tendo como objeto o fornecimento de mão de obra das pessoas presas em regime fechado para as empresas contratantes. A remuneração para cada trabalhadora é de 75% do salário-mínimo nacional, com acréscimo de 10% para a monitora. A carga horária tem jornada ordinária de 8h às 17h de segunda à sexta-feira e extraordinária aos sábados de 8h às 17h.

As presas que trabalham nos serviços gerais e essenciais no interior da unidade prisional são consideradas Mão de Obra Indireta (MOI) e sua remuneração corresponde a 25% do salário-mínimo dividido pelo número de dias úteis do mês e multiplicado pelo número de dias efetivamente trabalhado, o que resulta invariavelmente em um valor ínfimo, cujo pagamento fica a cargo da penitenciária.

Figura 17 Oficina de trabalho com embalagens de papel

Figura 18 Oficina de trabalho de montagem de peças para hidrômetros

Segundo as informações colhidas oralmente, as outras empresas que atuam na unidade são:

HN – Especializada na produção de aventais hospitalares. Dispõe de três salas na unidade, com cerca de 30 mulheres empregadas em cada sala;

Útil Tech – voltada para utilidades domésticas, com aproximadamente 25 internas em atividade;

Sing-Way – também voltada à confecção de aventais hospitalares, com cerca de 25 trabalhadoras;

Montalplast – empresa do ramo automotivo, responsável pela produção de retrovisores. Ocupa duas salas e emprega cerca de 30 internas. A produção mensal informada é de 6.000 unidades;

Arte Fine – CIF – atua na confecção de sacolas de papel, com cerca de 42 internas;

Lavo Indústria – emprega cerca de 65 internas na produção de peças para registros de água.

Uma das trabalhadoras, que atua há mais tempo na função, relata metas diárias muito altas e que muitas vezes não são atingidas pelas trabalhadoras. Ela ainda relata que as internas que não conseguem demonstrar produtividade são retiradas da atividade e deixam de receber o pagamento fixo. Segundo a mesma fonte, ela sente dores nos punhos em razão dos movimentos repetitivos, mas continua trabalhando mesmo com dor. Após ser encaminhada à enfermaria e medicada, retorna à produção normalmente.

Durante a visita, foram identificados problemas de conservação no prédio, especialmente no pavilhão 3. Dentre os principais pontos observados, destaca-se: o teto de uma das oficinas apresentava falhas por ausência de telhas, com estrutura metálica visivelmente enferrujada, ausência de pintura externa e sinais de infiltração.

Quanto ao pecúlio, foi informado que as internas podem destinar parte dos valores recebidos às suas famílias. Em geral, as mães destinam parte dos ganhos para auxiliar na alimentação dos filhos. A folha de pecúlio é disponibilizada uma vez ao mês. Algumas presas se queixaram dos valores bloqueados no pecúlio em decorrência das penas de multa. Segundo relatos, os produtos vendidos às internas estariam com valores mais altos do que os praticados externamente.

9. Educação

A escola está localizada no primeiro pavilhão, mas atende presas de todos os setores, não havendo, no entanto, oportunidade para as migrantes que falam outros idiomas.

Figura 19 Sala de aula

A unidade conta com uma escola que oferece Ensino Fundamental I e II, além do Ensino Médio. Segundo informação repassada no momento da inspeção, cerca de 200 internas estão regularmente matriculadas. Após a conclusão do Ensino Médio por meio do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), as internas interessadas podem prestar o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

A penitenciária também dispõe de uma biblioteca com acervo diversificado, incluindo obras em línguas estrangeiras, em razão da presença de internas de outras nacionalidades. Cada exemplar pode ser emprestado por até 30

dias, com possibilidade de renovação por igual período. Mensalmente, é disponibilizado um catálogo com sugestões de leitura.

Figura 20 Parte da biblioteca

Para fins de reconhecimento do direito à remição pela leitura, as resenhas produzidas pelas internas são avaliadas por uma comissão composta por sete membros: um professor da unidade, três diretores de disciplina, um diretor de educação ou trabalho, o diretor geral (que atua como presidente da comissão) e um representante da Fundação "Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel" (FUNAP).

10. Banho de sol

O banho de sol segue um esquema de revezamento entre lados par e ímpar, ocorrendo pela manhã ou pela tarde. As que trabalham ou estudam saem do pavilhão às 8h, e, a partir das 9h, a tranca é aberta até as 13h. Em seguida, o outro lado tem seu período de banho de sol, das 13h às 16h30.

Já para aquelas que se encontram nas alas de "castigo", regime de observação ou isolamento, o banho de sol é concedido em apenas um período, com duração de duas horas. Algumas presas informaram que o banho de sol nessas condições chegada a apenas uma hora.

Figura 21 Quadra onde se realiza o banho de sol em um dos pavilhões

11. Visitas, comunicação com familiares e recebimento de itens

As visitas ocorrem de forma intercalada, conforme a divisão dos pavilhões em lados par e ímpar. Em regra, as visitas do lado par ocorrem aos sábados, enquanto as do lado ímpar são realizadas aos domingos. Segundo a direção da unidade, as visitas ocorrem das 8h às 15h.

Não foram relatadas ocorrências de revista vexatória aos familiares, sendo, inclusive, destacada uma melhora significativa em relação ao ano

anterior. Segundo a direção, com a Publicação da Lei Estadual 15.552/2014, todos os procedimentos de revista em visitantes são realizados, exclusivamente, por meios mecânicos, como "scanners" corporais, detectores de metais e aparelhos de Raio-x, que preservam a integridade física, psicológica e moral do visitante. Segundo informado pela administração, nos casos de eventuais dúvidas quanto à existência de objetos não permitidos, o visitante é informado que, caso assim desejar, poderá realizar exame específico em unidade médica municipal ou estadual, ou realizar a visitação em outra oportunidade, não sendo obrigado a submeter-se a quaisquer outros procedimentos.

Figura 22 Scanner corporal

O recebimento de "jumbo" e encomendas via Sedex ocorre semanalmente, geralmente às quartas-feiras. Segundo relatado pela administração, cada interna é chamada individualmente e, na sua presença, a caixa do Sedex e o Jumbo são abertos e conferidos por um(a) policial penal.

As correspondências por meio de cartas são recebidas com periodicidade mensal, mas algumas presas relataram demora na entrega das cartas. Informaram, ainda, que recebem e-mail pelo sistema do "conexão familiar".

Segundo a administração, a unidade recebe cerca de 750 visitas ao longo do final de semana (sábado e domingo). O sistema de visitas não gerou reclamações entre as presas em geral, mas as migrantes mencionaram a dificuldade enfrentada por seus familiares para obter a carteirinha de visitante devido às exigências burocráticas. Expressaram, ainda, o desejo de ter acesso a visitas virtuais para manter contato com parentes que residem no exterior. A administração indicou que algumas visitas virtuais são realizadas e contam com o apoio de alguns consulados para diversos assuntos (fornecimento de materiais e conexão com as famílias, por exemplo).

Segundo a administração, é permitida a saída das presas para o caso de velório de familiar, sendo escoltadas por policiais penais de segurança externa.

12. Intervenções da segurança

Houve relatos das internas a respeito de uma intervenção do GIR em 10 de março de 2025. Durante essa intervenção, segundo diversas internas, teria havido violência física contra presas migrantes que não entenderam as ordens dadas pelos policiais em decorrência das dificuldades linguísticas. Uma delas foi lesionada no olho direito, na boca e nas costas. No entanto, tendo em vista o decurso de tempo entre a inspeção e a intervenção, as marcas já não estavam visíveis.

No entanto, segundo a direção, em resposta a ofício, não houve qualquer interna lesionada. A ação teve como motivação a realização de uma revista geral ordinária em todas as dependências da unidade prisional, visando a manutenção da ordem, a garantia da segurança e a preservação da disciplina por solicitação formal do antigo diretor. O foco da ação, segundo a direção, foi a busca

e apreensão de materiais ilícitos ou não permitidos regimentalmente. Quatro internas responderam a infrações disciplinares a partir dessa intervenção.

Segundo a resposta da direção, não houve retirada de insumos básicos e regulares pertencentes às internas. No entanto, houve relatos de que diversos pertences regulares foram confiscados.

A unidade não conta com circuito de câmeras nas áreas internas.

13. Pedidos de providência (atendimento saúde)

Durante a inspeção, a equipe coletou pedidos de atendimento médico/odontológico das presas, que foram encaminhados pelo NESC à unidade (Ofício NESC 30/2025, de 27 de maio de 2025).

14. Providências

Diante do constatado na inspeção, são recomendadas as seguintes providências:

1. Reforma da cozinha, tendo em vista especialmente o estado do piso;
2. Elaboração de cardápio por nutricionista com controle periódico de qualidade;
3. Profissionalização do controle de qualidade da alimentação fornecida;
4. Fornecimento de alimentação adequada às que possuem restrições alimentares decorrentes de práticas religiosas ou culturais;
5. Regularização do fornecimento dos kits de higiene, em periodicidade e quantidade adequada de itens;

6. Regularização das consultas médicas dos bebês na Ala Materno-Infantil para que seja garantida ao menos uma consulta médica por mês;
7. Fornecimento de atendimento ginecológico e odontológico específico para as mães;
8. Garantia do direito à acompanhante durante o parto;
9. Controle das metas de produtividade exigidas nas oficinas de trabalho para que não ponham em risco a saúde das presas trabalhadoras;
10. Fornecimento de banho quente em todos os pavilhões;
11. Garantia de ao menos 2h de banho de sol para as presas que estão no setor disciplinar;
12. Utilização de câmeras corporais quando das incursões do GIR ou do CIR no interior da penitenciária, bem como envio de relatório detalhado dos motivos e das ocorrências durante tais incursões ao juízo corregedor da penitenciária e ao NESC.

Por fim, solicita-se que as providências tomadas para sanar os problemas apontados sejam comunicadas ao NESC no prazo de 60 dias, para regular acompanhamento.

São Paulo, 25 de outubro de 2025.

Adriana Rios Aurichio Crema
Defensora Pública do Estado

Cristina Emy Yokaichiya
Defensora Pública do Estado

Dillyane de Sousa Ribeiro
Defensora Pública do Estado

Victor Luiz Oliveira da Paz
Defensor Público do Estado